fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, DESAPROVA** as contas apresentadas pela **FUNDAÇÃO PESTALLOZZI DO PARÁ**, referente ao exercício financeiro de 2006, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 15 de setembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas

ATO Nº 051/08 - 1ª PJFMF

PROCESSO Nº 173/04-1ªPJFMF

PROCEDÊNCIA: SERVIÇO DE ATENDIMENTO BÁSICO EM REABILITAÇÃO - SABER

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2003.

ATO Nº 051/08 - 1ª PJFMF

Ato Desaprova as Contas

A PRIMEIRA PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, DESAPROVA** as contas apresentadas pelo **SERVIÇO DE ATENDIMENTO BÁSICO EM REABILITAÇÃO - SABER**, pelo não cumprimento de diligências requeridas por esta Promotoria de Justiça e consequentemente pela não apresentação da escrituração contábil e demais documentos inerentes a análise da prestação de contas, referente ao exercício financeiro de **2003**.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 17 de setembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS

EDITAL 032/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto nos arts. 62 e 63, da Lei Federal nº 8.625, c/c o art. 88, § 1º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, **FAZ SABER** aos senhores Promotores de Justiça de 1ª entrância que se encontram abertas, durante o prazo de 10 (dez) dias, as inscrições no **CONCURSO DE PROMOÇÃO** para preenchimento do cargo vago na Promotoria de Justiça abaixo indicada:

2ª ENTRÂNCIA PROMOÇÃO – 01 VAGA
--

Nº	CARGO	CRITÉRIO
1	2º PJ DE ITAITUBA	MERECIMENTO

* O presente certame de promoção encontra-se regulado pela Lei n. 8.625/93, de 12.02.93; Lei Complementar Estadual nº 057/2006, de 06.07.2006 e Resolução nº 002/2007/MP/CSMP. Belém-Pa, 23 de setembro de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça.

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ATO Nº 048/2008 - 1ª PJFMF

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 188/04 - 1ªPJFMF

PROCEDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2003

ATO Nº 048/2008 - 1ª PJFMF

ATO APROVA COM RESSALVA AS CONTAS

A 1ª PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA COM RESSALVA** as contas apresentadas pela **ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA**, referente ao exercício financeiro de 2003, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 17 de setembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas

ATO Nº 049/2008 - 1ª PJFMF

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 129/05 - 1ªPJFMF

PROCEDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2004

ATO Nº 049/2008 - 1ª PJFMF

ATO APROVA COM RESSALVA AS CONTAS

A 1ª PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no

uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, art. 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA COM RESSALVA** as contas apresentadas pela **ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA**, referente ao exercício financeiro de 2004, quanto aos aspectos contábeis, formais e técnicos.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 17 de setembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª Promotora de Justiça de Fundações e Massas Falidas

ATO Nº 050/2008 - 1ª PJFMF

PROCESSO Nº 135/2008 - 1ªPJFMF

PROCEDÊNCIA: ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2007

ATO Nº 050/2008 - 1ª PJFMF

Ato Aprova as Contas

A PRIMEIRA PROMOTORA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, art. 31 da Lei nº 8.742/93, § 3º, 60 do Decreto Federal nº 93.872/86 e art. 3º do Decreto-Lei nº 41/66, por este **ATO, APROVA** as contas apresentadas pela **ASSOCIAÇÃO SANTA RITA DE CÁSSIA**, referente ao exercício financeiro de **2007**.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este **ATO** publicado.

Belém, 17 de setembro de 2008.

ROSANGELA DE NAZARÉ

1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE FUNDAÇÕES E MASSAS FALIDAS

ATOS - PORTARIAS

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, de 05.10.1989, combinado com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.856, de 18.08.1994, **EDUARDO ALBERTO PARIJÓS DE MELO**, portador da Carteira de Identidade nº **1928756-SSP/PA**, para exercer, em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de **Oficial de Serviços Auxiliares MP-AOA-104-A-I**, do Quadro Permanente de Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, lotado nesta Capital, Pólo **Belém I**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 17 de setembro de 2008.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, de 05.10.1989, combinado com o art. 3º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.856, de 18.08.1994, **MARIA ELIA LINDOSO COSTA**, portadora da Carteira de Identidade nº **2720318-SSP/PA**, para exercer, em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, o cargo de **Oficial de Serviços Auxiliares MP-AOA-104-A-I**, do Quadro Permanente de Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, lotada nesta Capital, Pólo **Belém I**.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 17 de setembro de 2008.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso I, combinado com o art. 22, § 3º, ambos da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato que nomeou a Sra. **LIANE MARIA MACHADO MELO** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de **Bacharel em Direito MP-ATE-402-A-I**, do Quadro Permanente de Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, no Pólo **Belém I**, datado de 19.08.2008, publicado no Diário Oficial deste Estado em 21.08.2008.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 23 de setembro de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso I, combinado com o art. 22, § 3º, ambos da Lei Estadual nº 5.810, de

24.01.1994;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato que nomeou a Sra. **ANA CLARA DOS SANTOS BRABO** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de **Auxiliar de Administração MP-AUD-201-A-I**, do Quadro Permanente de Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, no Pólo **Tocantins/Marajó**, datado de 18.08.2008, publicado no Diário Oficial deste Estado em 20.08.2008.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 23 de setembro de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Expediente protocolizado sob o nº 28699/2008, de 16.09.2008;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso I, c/c o art. 22, § 3º, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato que nomeou **MARIA DO SOCORRO VIEIRA** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de **Oficial de Serviços Auxiliares MP-AOA-104-A-I**, do Quadro Permanente de Servidores do Ministério Público do Estado do Pará, lotada nesta Capital, Pólo **Belém I**, datado de 03.09.2008, publicado no Diário Oficial deste Estado em 04.09.2008.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 23 de setembro de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2535/2008-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais contidas no Art. 18, inciso V e alínea f do inciso XXI, da Lei Complementar Nº 057, de 06 de julho de 2006 e,

CONSIDERANDO o § 3º do art. 42 da Lei Nº 7.010, de 23 de julho de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008, combinado com a alínea "a" do inciso II do art. 6º da Lei Nº 7.095, de 23 de janeiro de 2008, Lei Orçamentária Anual, que estabelece que os créditos suplementares, com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos serão abertos, até o limite de 25%, no âmbito dos órgãos que integram os Poderes Legislativo e Judiciário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e os demais órgãos constitucionais independentes, por ato dos seus dirigentes, observados os prazos legais estabelecidos;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a suplementação no valor de R\$ 7.955.000,00 (sete milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE TRABALHO	NATUR. DA DESP.	FT	VALOR SOLICIT.
12101.03.092.1237.6036	449052	.0101	600.000,00
	339093	.0101	50.000,00
12101.03.122.1237.1800	449051	.0101	150.000,00
12101.03.122.1237.4507	339030	.0101	10.000,00
	339039	.0101	40.000,00
	449039	.0101	200.000,00
	449052	.0101	180.000,00
12101.03.846.0000.9024	319092	.0101	3.580.000,00
	339092	.0101	2.250.000,00
12101.03.302.1201.4985	339047	.0101	55.000,00
12101.03.122.1237.4514	319016	.0101	120.000,00
	319113	.0101	125.000,00
	319036	.0101	75.000,00
	339046	.0101	500.000,00
12101.03.422.1237.4984	339014	.0101	5.000,00
	339030	.0101	5.000,00
	339039	.0101	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	7.955.000,00		